

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolive@psd.pt

Eleições Europeias

(Centrais)



«Contem comigo para as opções difíceis.
Assim o exige o interesse nacional»

Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros, na sua reunião da semana passada, que teve lugar na Presidência do Conselho, aprovou 14 diplomas, dos quais 7 Decretos-Lei, 4 Resoluções, duas propostas de Resolução e um Decreto.

Dos Decretos-Lei, três estabelecem Transposições para o direito Nacional de directrizes da EU e referem-se, respectivamente, a: **Regras relativas à colocação no mercado de adubos e correctivos agrícolas**. O presente diploma destina-se a actualizar e substituir a legislação nacional actualmente existente, referente à colocação no mercado dos adubos e correctivos agrícolas genericamente designados por matérias fertilizantes, e implementa, a nível nacional, o Regulamento (CE) 2003/2003, relativo aos adubos CE.

Em conformidade, é revogado o Decreto-Lei n.º 184/99, em relação ao qual são introduzidas disposições relativas a rastreabilidade e a laboratórios intervenientes no procedimento da avaliação da conformidade, matéria não contemplada no referido Decreto-Lei. São ainda inseridas algumas modificações nos artigos referentes à colocação no mercado e cláusula de salvaguarda.

É acrescentado um artigo relativo ao controle pelas entidades aduaneiras, no caso de matérias fertilizantes importadas, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 339/93 do Conselho.

É alterado o artigo relativo a situações passíveis de contra-ordenações, coimas e sanções acessórias. Finalmente procede-se à actualização dos montantes das coimas, bem como à sua conversão em euros.

O segundo destes Decretos-Lei transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva 2003/102/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Novembro de 2003, na parte que se refere à protecção dos peões, aprovando o “Regulamento Relativo à **Protecção dos Peões e Outros Utentes Vulneráveis da Estrada em Caso de Colisão com um Automóvel**”. É necessário introduzir medidas legislativas destinadas a melhorar a protecção dos peões e outros utentes rodoviários, antes e em caso de colisão com a parte frontal de automóveis. É igualmente necessário, no quadro do programa de acção sobre a segurança rodoviária, adoptar um conjunto de medidas passivas e activas destinadas a aumentar a segurança (prevenção de acidentes e redução de efeitos secundários, tornando a circulação mais calma e melhorando as infra-estruturas) dos utentes rodoviários, nomeadamente, peões, ciclistas e motociclistas.

O presente Decreto-Lei deve ser considerado como um elemento de um conjunto mais amplo de medidas a tomar pela Comunidade, pela indústria e pelas autoridades competentes dos Estados-membros, com base no intercâmbio das melhores práticas, de modo a resolver os problemas da segurança dos peões e outros utentes rodoviários, antes da colisão (segurança activa), em caso de colisão (segurança passiva) e depois da colisão, no que diz respeito aos utentes da estrada, aos veículos e às infra-estruturas.

Finalmente é transposta para a ordem jurídica nacional a Directiva 2003/95/CE da Comissão, de 27 de Outubro de 2003, que altera a Directiva 96/77/CE que estabelece os **critérios de pureza específicos dos aditivos alimentares**, com excepção dos corantes e dos edulcorantes.

O presente diploma fixa o teor de óxido de etileno abaixo do limite de detecção, acrescentando este critério, considerado relevante, aos critérios de pureza estabelecidos no Decreto-Lei n.º 365/98, e respectivas alterações. Procede ainda, em virtude do progresso técnico, à adaptação dos critérios de pureza do E251 e da E459 Beta-ciclodextrina, fixados naquele diploma, alterando, assim, os seus anexos I e II.

Regime estatutário específico do pessoal não docente dos estabelecimentos públicos

Por Decreto-Lei é estabelecido o regime estatutário específico do pessoal não docente dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Trata-se das carreiras técnico-profissional, administrativa, de apoio educativo e de auxiliar dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, abrangendo ainda o pessoal que desempenha funções na educação especial e no apoio sócio-educativo, nomeadamente o que pertence às carreiras de psicólogo e de técnico superior de serviço social, integradas nos serviços de psicologia e orientação. Visa-se uma mais racional gestão dos recursos humanos não docentes das escolas públicas, evitando os efeitos perversos e financeiramente incomportáveis da legislação aprovada em 1999. Ficam abrangidos por este diploma cerca de 80.000 trabalhadores, entre funcionários do quadro e contratados (13.000).

Regime jurídico da formação médica, após a licenciatura em Medicina

Um Decreto-Lei define o regime jurídico da formação médica, após a licenciatura em Medicina, com vista à especialização, e estabelece os princípios gerais a que deve obedecer o respectivo processo.

O actual regime jurídico dos internatos médicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 128/92, como fase de formação pós-graduada subsequente à obtenção da licenciatura em medicina, contempla dois processos formativos – internato geral e internato complementar – autónomos entre si, embora a frequência deste último pressuponha a aprovação no internato geral.

Nos últimos anos registaram-se modificações e avanços importantes na Medicina, o que acarreta, necessariamente, alterações ao ensino médico pré-graduado, ao mesmo tempo que recomenda uma permanente actualização do ensino pós-graduado e um mais eficaz acompanhamento do desenvolvimento profissional contínuo durante toda a vida profissional. Por outro lado, foram introduzidas alterações importantes no ensino pré-graduado.

Estas modificações respeitam à reestruturação e reforma dos cursos de licenciatura em medicina, iniciadas em 1995, e às medidas tomadas na sequência de recomendações do grupo de missão interministerial para a formação na área da saúde, criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 140/98.

Entende-se, assim, ser oportuno redefinir o regime jurídico da formação após a licenciatura em medicina, articulando-o melhor com os processos de formação pré-graduado e de formação contínua, perspectivando, deste modo, o processo de educação médica na sua globalidade. Nesta linha, é criado um único internato médico.

Ao optar-se por um único internato médico, cabe anotar que se elimina o intervalo de tempo que, no actual regime, medeia entre a conclusão do internato geral e o início do complementar, também se reduzindo apreciavelmente o peso administrativo que os dois processos formativos implicavam.

A inovação consagrada no presente diploma é acompanhada de uma maior descentralização no funcionamento, coordenação e avaliação da formação médica, nomeadamente envolvendo as Administrações Regionais de Saúde no estudo das necessidades nacionais de pessoal médico e a sua articulação com o processo de internato médico, no âmbito das suas atribuições quanto ao planeamento e à coordenação de actividades do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Reorganização da rede de ensino superior politécnico na área da saúde

Por Decreto-Lei procede-se à reorganização da rede de ensino superior politécnico na área da saúde.

O Decreto-Lei agora aprovado visa criar condições para um ensino que abranja mais alunos, tenha melhor qualidade e seja diversificado.

A rede pública de escolas de enfermagem, de tecnologias da saúde e de saúde engloba actualmente 31 instituições, das quais 22 de enfermagem (7 integradas em institutos politécnicos e 15 não integradas), 6 de saúde (3 integradas em institutos politécnicos, 2 em universidades e a Escola do Serviço de Saúde Militar) e 3 de tecnologia da saúde (não integradas).

Entre as quinze escolas de enfermagem não integradas contam-se as sedeadas em Coimbra (2), Lisboa (4) e Porto (3), para as quais foi inicialmente prevista a integração em institutos politécnicos especialmente vocacionados para a área da saúde.

A reflexão ulteriormente realizada pelas escolas envolvidas mostrou que a associação dos recursos humanos e materiais das escolas de cada uma das cidades num projecto comum permitiria criar as condições para um ensino de melhor qualidade, com um maior número de alunos e mais diversificado, e contribuiria para a racionalização da rede de ensino superior nesta área.

Nesse sentido, procedeu-se à fusão das escolas superiores de enfermagem públicas existentes nas cidades de Coimbra, Lisboa e Porto, promovendo a criação de uma única escola em cada cidade.

Uma vez consolidado o funcionamento das escolas resultantes da fusão, seguir-se-á a sua integração num estabelecimento de ensino superior da localidade respectiva.

Quanto às restantes escolas de enfermagem não integradas (localizadas em Braga, Évora e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, cidades e regiões onde não existe instituto politécnico), promove-se a sua

Conselho de Ministros

integração nas universidades com sede na cidade ou Região Autónoma respectiva, beneficiando as escolas das sinergias resultantes da sua inserção em unidades de maior dimensão e potenciando, nas universidades, o desenvolvimento dos projectos de ensino na área da saúde nelas existentes.

Finalmente, quanto às escolas de tecnologia da saúde (sedeadas em Coimbra, Lisboa e Porto), para as quais também havia sido inicialmente prevista a integração nos institutos politécnicos da saúde, adopta-se a solução que se mostra mais adequada ao objectivo em vista: a da sua integração nos institutos politécnicos sedeados nas cidades em causa.

Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Baixo Mondego – Bairrada

Um Decreto-Lei cria o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Baixo Mondego – Bairrada e constitui a Sociedade Águas do Mondego/Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Baixo Mondego/ Bairrada, S.A.

A criação deste novo Sistema visa a captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios de Ansião, Arganil, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Góis, Leiria, Lousã, Mealhada, Mira, Miranda do Corvo, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares. Entretanto, é constituída a sociedade concessionária do Sistema, (Águas do Mondego - Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Baixo Mondego/Bairrada, S.A.), e aprovados os respectivos Estatutos.

Trata-se de uma solução que envolve um investimento a realizar, predominantemente, pelo Estado, em nome do interesse nacional, e que visa solucionar os problemas que actualmente se colocam ao nível do abastecimento de água às populações e do tratamento das águas residuais, urbanas e industriais, na área geográfica destes municípios.

Área crítica de recuperação e reconversão urbanística do Bom Sucesso/Arcena, em Alverca do Ribatejo

Por Decreto do Conselho é declarada área crítica de recuperação e reconversão urbanística a zona do Bom Sucesso/Arcena, em Alverca do Ribatejo, no município de Vila Franca de Xira, e concede a este município o direito de preferência nas transmissões a título oneroso, entre particulares, dos terrenos ou edifícios situados na mesma área.

Com o presente Decreto visa-se conferir ao município de Vila Franca de Xira um instrumento expedito para impedir o agravamento dos problemas de desqualificação urbana e de várias carências existentes, designadamente ao nível dos equipamentos sociais e espaço público e da deficiente e insuficiente rede de infra-estruturas urbanísticas. Pretende-se, assim, possibilitar a requalificação do espaço urbano da zona do Bom Sucesso/Arcena, a manutenção, reabilitação e renovação do património construído naquela área, a integração efectiva da população residente e a melhoria da qualidade de vida na respectiva área.

Visa-se também proporcionar ao município um instrumento que lhe permita adquirir os imóveis que sejam transaccionados naquela zona, de forma a viabilizar a necessária reabilitação e revitalização da mesma até 31 de Março de 2007, prazo que consta do Protocolo celebrado ao abrigo do Programa PROQUAL – Programa Integrado de Qualificação da Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa

Rede Ferroviária de Alta Velocidade para o século XXI

Por Resolução do Conselho definem-se os princípios de enquadramento da Rede Ferroviária de Alta Velocidade para o século XXI, aprova o desenvolvimento das infra-estruturas e promove a preparação da integração no futuro Plano Ferroviário Nacional.

A Resolução aprovada prevê o desenvolvimento das seguintes infra-estruturas da Rede Ferroviária de Alta Velocidade: Porto – Vigo; Lisboa – Madrid; Lisboa – Porto; Lisboa – Faro – Huelva (via Évora); Aveiro – Salamanca.

Aprova igualmente o traçado da parte portuguesa da Linha Lisboa-Setúbal-Sines-Elvas-Badajoz-Puertollano-Madrid, para tráfego de mercadorias.

Plano de Pormenor de Vale da Aldeia-Escalos de Baixo, em Castelo Branco

Por Resolução do Conselho de Ministros ratifica-se o Plano de Pormenor de Vale da Aldeia - Escalos de Baixo no município de Castelo Branco.

A aprovação desta Resolução decorre da necessidade de obter uma solução para a recuperação e renovação de um bairro clandestino, que passe pela melhoria da qualidade construtiva e estética das edificações, em colaboração com os proprietários nos custos das infra-estruturas.

Plano de ordenamento do Parque Natural do Alvão

Uma Resolução do Conselho determina a elaboração do plano de ordenamento do Parque Natural do Alvão e constitui a respectiva comissão mista de coordenação.

O diploma aprovado enquadra em si: a definição dos objectivos específicos do Plano de Ordenamento do Parque Natural; a incumbência ao Instituto da Conservação da Natureza da elaboração do plano de ordenamento; a criação de comissão mista de coordenação; a indicação de prazo máximo para a elaboração do plano de ordenamento.

Apoio aos agricultores do Concelho de Murça

Uma Resolução do Conselho aprova um conjunto de medidas destinadas ao apoio aos agricultores do Concelho de Murça, em face dos prejuízos provocados pela intempérie ocorrida a 7 de Junho de 2004.

Em consequência de uma violenta queda de granizo, ocorrida no passado dia 7, designadamente nos lugares de Sobreira e Porrais, no Concelho de Murça, as vinhas, oliveiras e outros cultivos foram fortemente atingidos, tendo várias centenas de agricultores perdido as suas colheitas e, consequentemente, as suas fontes de rendimento.

Ainda que continue a ser feito um levantamento exaustivo dos prejuízos, face à precária situação em que se encontram muitos agricultores da região, o Governo entende ser necessário actuar também por razões humanitárias e de solidariedade.

Desta forma, resolve o Governo adoptar um conjunto de medidas de apoio, das quais se destacam: a disponibilização de uma quantia até um milhão de euros para apoio aos pequenos agricultores do Concelho de Murça; a criação de condições para o estabelecimento de uma moratória ao reembolso dos créditos concedidos pela banca aos agricultores das zonas afectadas.

Convenção Internacional para a Simplificação e Harmonização dos Regimes Aduaneiros

Foi elaborada uma Proposta de Resolução que aprova, para adesão, o Protocolo de Revisão da Convenção Internacional para a Simplificação e Harmonização dos Regimes Aduaneiros, concluído em Bruxelas, a 26 de Junho de 1999.

Trata-se de um instrumento de direito internacional que visa adaptar a referida convenção às exigências do processo de globalização dos mercados, nomeadamente, em matéria de facilitação do comércio, tema constante do projecto de agenda do ciclo de negociações comerciais multilaterais, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, e da concomitante necessidade de modernização das Alfândegas, especialmente nos países em desenvolvimento.

Estatuto do pessoal militar e civil, destacado no Estado-Maior da União Europeia

Foi também aprovada uma Proposta de Resolução de ratificação do Acordo entre os Estados-membros da União Europeia relativo ao estatuto do pessoal militar e civil, destacado no Estado-Maior da União Europeia, dos quartéis-generais e das forças que poderão ser postos à disposição da União Europeia no âmbito da preparação e da execução das operações referidas no n.º 2 do artigo 17.º do Tratado da União Europeia, incluindo exercícios, bem como do pessoal militar e civil dos Estados-membros da União Europeia destacado para exercer funções neste contexto (U.E.-SOFA), assinado em Bruxelas, em 17 de Novembro de 2003.

Esta iniciativa enquadra-se no reforço da Política Europeia de Segurança e Defesa, nomeadamente à luz das diversas missões militares e civis da União Europeia e do aumento das capacidades na área da gestão de crises.

- Fonte: Portal do Governo

Notícias do Porto

PSD/ Porto e PP da Galiza criam Comité Permanente

Acordo assinado em Compostela

Os presidentes do PSD/Porto e do PP/Galiza, respectivamente Marco António Costa e Manuel Fraga Iribarne, assinaram na terça-feira da primeira semana deste mês, em Santiago de Compostela, um acordo que visa a constituição de um Comité Permanente que se destina a coordenar as suas actuações junto das instâncias europeias.

Esta cerimónia serviu ainda para a apresentação do programa conjunto dos dois partidos, para as eleições europeias do próximo dia 13 de Junho. Silva Peneda e Jesus Palmou Lorenzo, cabeças de lista das duas estruturas políticas, também marcaram presença neste encontro que estreitou, ainda mais, as fortes relações de proximidade entre o PSD/Porto e o PP/Galiza.

O recém criado Comité Permanente, presidido por Manuel Fraga Iribarne e com Marco António Costa como Secretário Geral, surge da necessidade de constituir um órgão que permita aos os dois partidos coordenar as suas actuações e actuar, conjuntamente, no desenvolvimento da Euro-Região Norte de Portugal/Galiza.

Para Marco António Costa, Presidente do PSD/Porto, a criação do Comité Permanente “vai permitir que se desenvolvam um conjunto de iniciativas nas mais diversas áreas da sociedade civil e, ao mesmo tempo, uniformizar linhas de orientação naquilo que é comum aos interesses dos dois partidos”. - **Gab, Imprensa PSD/Porto**



Notícias de Vale de Cambra

Participação do cidadão na Construção Europeia



No âmbito de uma campanha de sensibilização e esclarecimento dos cidadãos para a importância das Eleições Europeias de 13 de Junho, a Comissão Política de Secção de Vale de Cambra, realizou no fim do mês passado, na Biblioteca Municipal, pelas 21 horas, uma Sessão de Informação e Debate subordinada ao tema “A Participação do Cidadão na Construção Europeia.”

Esta sessão foi organizada conjuntamente com o Centro de Informação Europeia Jacques Delors e com o Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal.

A abrir a Sessão a Deputada Regina Bastos teceu diversas considerações sobre os benefícios de que Portugal tem usufruído desde a sua integração na Comunidade Europeia, e o papel dos Deputados no Parlamento Europeu na defesa dos interesses nacionais e comunitários numa Europa agora alargada a 25 países.

Realçou ainda a importância da participação dos cidadãos para o exercício dos seus deveres cívicos nomeadamente para a votação nas eleições do próximo dia 13.

A apresentação do tema pelo CIEJD e DPE esteve a cargo da Dra. Manuela Cardoso.

O debate suscitou o interesse generalizado dos participantes, e terminou quando já passava das 24.00H.

Foi moderado pelo Presidente da Secção e Deputado à Assembleia da República, Pina Marques.

Este debate foi precedido por um encontro com a comunicação social da Deputada ao Parlamento Europeu, Regina Bastos. – **Comissão Política da Secção de Vale de Cambra**

Notícias de Estarreja

Governo Electrónico e “breves”

Beneficiação e Alargamento de Arruamentos Municipais: A Câmara Municipal de Estarreja assinou os Autos de Consignação para Beneficiação/Alargamento de Arruamentos Municipais nas freguesias de Veiros, Canelas e Salreu.

Os trabalhos prevêem o melhoramento das Ruas do Emigrante e Dr. Lauro Ramos, Veiros, da Rua da Laje, Salreu e das Ruas da Aldeia, Picoto, da Mata, Largo, etc.

Governo Electrónico Local: O Governo Electrónico Local é uma das peças chave da Câmara Municipal de Estarreja na aproximação ao Múncipe. Cada vez mais, o Município aposta na qualidade da relação electrónica com os estarrejenses. O executivo considera fundamental a existência de uma estratégia municipal de E-government. A Câmara dispõe dos seguintes pontos de contacto electrónico: webmaster@cm-estarreja.pt (e-mail) e do “site” www.cm-estarreja.pt.

Hospital Visconde de Salreu: Numa recente visita a Estarreja, o Secretário de Estado da Saúde, Carlos Martins, anunciou as tão desejadas e necessárias obras de remodelação e ampliação do Hospital Visconde de Salreu.

“Vamos encontrar soluções em termos de instalações para melhorar a capacidade do Hospital Visconde de Salreu. Vamos ampliar e fazer mais e melhor com aquilo que existe”, afirmou aquele membro do Governo.

Projecto “Bioria”: Criado com o intuito de revelar e proteger o património natural do Concelho de Estarreja, este projecto visa ainda formar e sensibilizar as populações para a conservação da natureza e preservação do meio ambiente. O projecto foi

apresentado durante a Semana do Ambiente.

Mobilidade para todos: Estarreja é um dos primeiros municípios a aderir à “Mobilidade para Todos”. A APPLA – Associação Portuguesa dos Planeadores do Território e a Câmara Municipal de Estarreja celebraram o contrato-programa de colaboração e trabalho no âmbito da adesão da Autarquia à Rede Nacional de Cidades e Vilas.

Recuperação do Parque Escolar: O presidente da CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro deslocou-se ao Concelho de Estarreja para proceder à homologação da comparticipação dos projectos de beneficiação das Escolas do 1º Ciclo da Senhora do Monte e da Escola do 1º Ciclo do Mato, no âmbito do Programa Operacional.

“Vamos limpar Estarreja”: Um ano depois do arranque desta iniciativa municipal, o esforço contínuo do executivo camarário na melhoria das áreas de Limpeza Urbana, Recolha dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), Recolha Selectiva e Reciclagem e Espaços Verdes resulta num cenário actual bastante satisfatório. A Câmara faz uma avaliação positiva aos resultados.

Habitação Social: O Vereador da Acção Social da Câmara Municipal de Estarreja, José Cláudio Vital, apresentou a Política Social de Habitação preconizada pelo actual executivo camarário que congrega vários instrumentos para combater os problemas de carência habitacional existentes no Concelho. – **Gabinete Comunicação CM Estarreja**

Notícias dos Açores

Uma aposta estratégica na dinamização de políticas que promovam o emprego

O candidato da “Coligação Açores” a Presidente do Governo Regional reafirmou, no princípio do mês, a sua “aposta estratégica na dinamização de políticas estruturais sustentáveis” que promovam o emprego na Região Autónoma.

Victor Cruz considerou que “as oportunidades de emprego são essenciais ao bem-estar social e à dignificação da pessoa humana”, que “o desenvolvimento económico promove o exercício do direito ao trabalho” e que “a qualificação dos recursos humanos fomenta a produtividade e a criação de riqueza”.

O líder do PSD/Açores falava no final da sua visita à Feira Regional de Formação Profissional, em Ponta Delgada, na qual atribuiu a “maior importância” à qualificação dos recursos humanos, defendendo um “reforço do investimento estratégico” nas diferentes componentes da formação profissional. Na sua opinião, as escolas de formação profissional existentes nos diversos concelhos dos Açores, com destaque natural para a Escola de Formação Profissional de Capelas, devem ser “devidamente valorizadas” na perspectiva da preparação qualificada das novas gerações açorianas.

Victor Cruz manifestou-se preocupado com a taxa de actividade da Região Autónoma dos Açores, que se situa apenas em 54,4%. “Estamos muito longe dos ambicionados 70% que a União Europeia lançou como objectivo a atingir no espaço comunitário até 2010”, acrescentou.

O candidato a Presidente do Governo recordou igualmente que as mulheres açorianas têm encontrado “sérias dificuldades” de acesso ao mercado de trabalho. Hoje, nos Açores, entre as mulheres que se encontram em idade activa, apenas 38,6% tem um emprego, valor que se situa “muito longe” da média nacional de 54%.

O líder da “Coligação Açores” concluiu que “necessitamos de oportunidades de emprego para as mulheres em idade activa, mas também para aqueles que, tendo concluído com esforço e êxito o seu plano de estudos de escolaridade obrigatória ou cursos de formação profissional equivalentes, vêem frustradas as expectativas de obter uma situação de primeiro emprego”. Por isso, “é urgente dinamizarem-se políticas económicas que promovam o emprego, a modernidade e o crescimento da Região”.

Na sua visita à Feira Regional de Formação Profissional, Victor Cruz fez-se acompanhar pelos presidentes das Câmaras Municipais de Ponta Delgada e Ribeira Grande, Berta Cabral e António Pedro Costa, e diversos representantes do PSD e do CDS-PP, nomeadamente, José Manuel Bolieiro, Humberto Melo, António Almeida, Manuel Arruda, Paulo Gusmão e Frederico Sampaio, entre outros.

Recursos humanos, “ninhos de empresas” e política de verdade

Recordamos que este tema tem vindo a ser abordado frequentemente por Victor Cruz, como o noticiamos anteriormente, a propósito da visita do líder da Coligação fez há dias, na Escola Profissional de Capelas, ante mais de 200 alunos daquela instituição. “Vamos conseguir vencer no futuro com uma aposta decisiva nos recursos humanos”, afirmou na altura, sublinhando que “... importa privilegiar a qualificação no quadro cada vez mais competitivo do alargamento da União Europeia”.

“A qualidade é que marca a diferença, e por isso, a formação profissional e o ensino precisam de reformas importantes”. Na sua opinião, a Escola Profissional de Capelas “precisa e merece dar um passo em frente”, equacionando, designadamente, a sua “efectiva transformação” em instituto regional.

Essa modificação do estatuto da Escola de Capelas permitiria “... uma gestão diferente e uma maior ambição, ganhando autonomia administrativa e financeira e distinguindo-se no panorama regional da formação profissional”, o que poderia ser feito através dum enquadramento na nova proposta de Lei de Bases da Formação Profissional, publicamente apresentada a 14 de Maio passado.

“Nesta que é, infelizmente, a região mais atrasada do nosso país em matéria de produtividade, acredito na capacidade da juventude açoriana para vencermos o futuro dos Açores”, declarou ainda o líder social-democrata, que considerou a gravidade da falta de verdadeira estratégia económica e investimento privado, deficiências que podem ser colocadas claramente à porta do actual governo Socialista que não tem capacidade de falar verdade aos empresários e cria falsas expectativas “... como agora acontece com alguns sistemas de incentivos”. É o caso do SIDEL, por exemplo, a que concorreram cerca de 450 empresas quando só existe dinheiro para 80.

O candidato do PSD/CDS-PP a Presidente do Governo Regional aproveitou ainda o seu encontro com os alunos da Escola Profissional de Capelas para reafirmar dois dos projectos da “Coligação Açores” para a dinamização sócio-económica da Região, nomeadamente, a criação de “ninhos de empresas” e a implementação de “sociedades de desenvolvimento”.

Victor Cruz explicou – tema que tem sido recorrente no seu discurso político - que o seu futuro governo se propõe organizar estruturas de apoio ao aparecimento de novos empresários, através dos chamados “ninhos de empresas”, que se destinam a prestar assessoria jurídica, técnica, económica e financeira na fase de arranque dos

projectos empresariais em diferentes áreas de intervenção, como, por exemplo, a animação turística.

Por outro lado, as “sociedades de desenvolvimento” são uma experiência “muito bem sucedida” noutras realidades geográficas semelhantes aos Açores, como a Região Autónoma da Madeira. – **Gabinete de Imprensa do PSD/Açores**



Investimento tecnológico da «Siemens» em Alfragide

O novo Laboratório Multimédia é o maior a nível mundial e empregará 1000 engenheiros portugueses

No princípio deste mês, o Primeiro-Ministro, José Manuel Durão Barroso, inaugurou o maior centro multimédia, a nível mundial, da grande multinacional “Siemens”, uma das maiores empresas industriais e de tecnologia de todo o Mundo.

O novo Laboratório Multimédia situa-se no polígono industrial de Alfragide, nos arredores de Lisboa (eixo Lisboa/Sintra), onde o grupo alemão acaba de fazer um vultoso investimento directo de mais de 40 milhões de Euros.

São acontecimentos como este, que têm influência universal no sector multimédia, que por vezes passam despercebidos, talvez porque não sejam anúncios de desgraça, mas sim contributos para que se desenvolva Portugal e se acelere a saída da situação económica de crise, que herdámos do governo socialista.

Uma pequena notícia na Imprensa nacional, uns segundos de noticiário televisivo e não se falou mais no assunto. E mesmo assim, alguns “jornalistas” que acompanharam a inauguração, fizeram perguntas ao Chefe do Governo à margem do acontecimento propriamente dito, à maneira da Oposição, no Parlamento, que sempre foge do tema que, mensalmente, o Primeiro-Ministro ali leva! É caso para pensar: «Quem aprendeu com quem?».

Este Centro de investigação da “Siemens” é considerado estratégico para o aumento da investigação e desenvolvimento (I&D) no sector multimédia e emprega cerca de 300 engenheiros portugueses, esperando em 2006 estar já a facturar 100 milhões de euros ao ano.

“Estamos perante um centro de excelência a nível mundial e que vai exportar serviços à escala global para as grandes empresas de telecomunicações”, afirmou Durão Barroso durante a cerimónia de inauguração do Laboratório Multimédia, tendo sido acompanhado pelos ministros da Ciência e do Ensino Superior, Graça Carvalho, e da Economia, Carlos Tavares.

Durante a visita, o Primeiro-Ministro lembrou estar perante um investimento de valor acrescentado, na medida em que o grupo alemão aposta em mão-de-obra qualificada nacional, empregando licenciados e mestres oriundos das universidades nacionais e assim “retira vantagem das competências tecnológicas portuguesas”.

“Este é o género de investimento de que Portugal necessita”, sublinhou Durão Barroso.

De acordo com a “Siemens”, em 2005, o novo Laboratório Multimédia deverá empregar cerca de mil engenheiros portugueses. Actualmente, já trabalham em Alfragide 300 engenheiros da área móvel da “Siemens Portugal”, que prestam “serviços de cerca de 300 operadores de rede fixa e móvel em 50 países da Europa e do Norte de África”. Em 2006, o volume de vendas resultante das condições obtidas pelo investimento entretanto realizado, de 40 milhões de euros, deverá ascender a 100 milhões de euros ano, e já até ao final de 2004 deverá alcançar 50 milhões de euros.

O novo centro da “Siemens” tem por objectivo aumentar a actividade de investigação e desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação na área da multimédia. Entre os seus clientes, o centro de Alfragide conta já com a “Portugal Telecom (PT)”, que aplica os serviços adquiridos na “convergência” das redes fixas e móveis. O campo de acção deste laboratório passa pela integração das várias redes e serviços, Internet, GSM ou GPRS com plataformas de serviços a disponibilizar na rede da terceira geração móvel.

Ainda no decorrer da visita, Durão Barroso cumpriu uma pequena cerimónia para a qual são convocados todos os “VIP’s” que passam pela empresa: a plantação de uma árvore, que vai juntar-se às muitas que compõem o espaço verde que distingue esta instalação, momento que, tão bem ou melhor do que a placa comemorativa, ficará na lembrança do Chefe do Governo – **Fontes: Lusa. Público (Cristina Ferreira). Fotos: Lusa**





Celebrações do Dia Mundial da Criança

“É obrigação de quem governa criar políticas de integridade e de desenvolvimento das crianças»

O primeiro dia deste mês foi internacionalmente celebrado como “Dia Mundial da Criança”. Registaram-se em todo o País diversas comemorações e o Primeiro-Ministro, Durão Barroso, teve duas iniciativas especialmente destinadas a marcar a ocasião, querendo chamar a atenção para a importância de todos os problemas relativos aos mais pequenos, aos que (sendo os cidadãos do futuro), são na actualidade, os mais frágeis, os mais delicados e os mais carentes de amor, carinho e atenção.

No âmbito destas acções, o Chefe do Governo visitou o Hospital Dona Estefânia, em Lisboa, a instituição hospitalar especialmente dedicada às crianças, tendo anunciado ante o corpo clínico e de enfermagem do serviço de internamento daquela unidade de saúde infantil, que o Governo está a preparar um despacho que vai permitir contratar mais médicos para o Hospital

O Primeiro-Ministro afirmou que o despacho que passa pela alteração do quadro de pessoal vigente, vai ao encontro de um pedido que vem sendo feito pela administração do Hospital já há algum tempo, em face das carências registadas.

O diploma legal em causa, já está assinado, permitindo a contratação do pessoal médico necessário, afirmou o chefe do Governo.

Durão Barroso visitou um parque, montado propositadamente no grande espaço verde interior do Hospital, para as comemorações do Dia Internacional da Criança e que levou ao Dona Estefânia de crianças de diversas escolas.

“É obrigação dos governantes a criação de políticas de integridade e desenvolvimento” para as crianças, afirmou Durão Barroso, lembrando que “os primeiros anos de vida são determinantes para o futuro”.

No entanto, o chefe do executivo admitiu que nunca se fará o “suficiente neste matéria”.

No final, questionado sobre a proposta para que passe a ser proibido fumar em locais fechados lembrou que “tão importante como legislar é trabalhar a cultura cívica”.

Enquanto o Primeiro-Ministro visitava o serviço de internamento do Dona Estefânia, cá fora as crianças aprendiam, com bonecas, a fazer uma operação e a colocar um gesso com a ajuda de médicos e enfermeiros do Hospital, numa tenda de campanha militar.

Lembrando a responsabilidade da sociedade, em geral, perante os mais pequenos, Durão Barroso afirmou também que, para além do Estado, as empresas em Portugal devem ter mais responsabilidade social e ajudar os trabalhadores que são pais, a terem mais tempo para estar com os seus filhos. O chefe do Executivo disse, também, que a responsabilidade social das empresas pode aumentar a qualidade de vida das crianças, a par de medidas legislativas como a que regula o trabalho a tempo parcial na Função Pública, para quem quiser poder passar mais tempo junto dos filhos.

Mais de meia centena de crianças, nos jardins e na residência oficial do Primeiro Ministro

Também para mostrar que em Dia Internacional da Criança, «O governo não se esqueceu dos mais pequenos», o Primeiro-Ministro aproveitou a ocasião para convidar cerca de 60 crianças a visitarem a residência oficial, em São Bento.

Durante a visita, foi oferecido às crianças, com idades entre os 10 e os 14 anos, um lanche nos jardins da residência, aproveitando o belo dia estival que se registou, bem como uma prenda relacionada com o Europeu de Futebol.

Para todos foi um dia que recordarão para sempre pois, como disse Daniel Tavares, de 10 anos, «Nunca tinha visto o Primeiro Ministro sem ser na Televisão e estou a gostar muito de estar aqui e nunca pensei que ele falava com a gente como as outras pessoas...».

Para o Daniel, Durão Barroso tem um ar «elegante e é simpático», mas isso não o convence a querer ser Primeiro-Ministro quando «for grande», porque já tem outras ambições: quer ser jogador de futebol... – **Fonte e fotos: Lusa**



ELEIÇÕES EUROPEIAS

Logo que os primeiros resultados foram conhecidos, tornou-se evidente que a coligação “Força Portugal” não tinha saído vencedora das eleições para o Parlamento Europeu. Na sede da campanha, foram-se sucedendo declarações de responsáveis dos partidos coligados, com o Secretário-Geral do PSD, Miguel Relvas, e o cabeça-de-lista, Professor Doutor Deus Pinheiro, cumprimentando os seus adversários pela vitória. Mais tarde, depois da confirmação oficial dos resultados, o Presidente do PSD, maior partido da coligação e Primeiro-Ministro, fez a sua declaração oficial, de que damos o texto.

Durão Barroso começou por cumprimentar os presentes, e depois de recordar que o PS tinha vencido as eleições, ao eleger o maior número de deputados, felicitou aquele partido, os deputados por ele eleitos e o seu Secretário-Geral, o que aliás, já tinha feito telefonicamente.

Deixou, em seguida, uma palavra de profunda gratidão aos militantes e simpatizantes da coligação, pelo entusiasmo de que tinham feito prova durante a campanha. E continuou: «... *Quero dirigir uma saudação muito especial aos nossos candidatos e ao Professor João de Deus Pinheiro, pelo exemplo de empenhamento, dignidade e capacidade que deram ao longo de toda a campanha eleitoral.*

«Nestas eleições estava em causa a escolha dos representantes nacionais no Parlamento Europeu. Os resultados demonstram que os Partidos que apoiam uma visão europeísta, os partidos que querem uma Constituição Europeia, ou seja, os partidos que compõem a coligação e o maior partido da oposição, conseguiram uma maioria esmagadora e podemos por isso dizer que os deputados portugueses eleitos para o Parlamento Europeu, na sua maioria muito expressiva, vão apoiar a visão europeia que Portugal tem sabido defender desde que aderiu à Comunidade Europeia..

«O Parlamento que hoje elegemos é o primeiro duma UE alargada, já com 25 países, uma nova realidade que vai trazer a Portugal novos desafios e eu espero que, passado este momento eleitoral em que há, naturalmente competição entre as diferentes forças políticas, todos os deputados eleitos sejam capazes de dar as mãos no Parlamento europeu, para defender o interesse de Portugal, naquele que é o arcótipo representativo de todos os europeus.

«Mas estas eleições ocorreram também num momento muito particular da vida nacional. Devemos reconhecê-lo: os resultados eleitorais são igualmente um fruto dessa circunstância. É por isso que se torna necessário interpretar a mensagem que esses resultados transmitem. Eu quero dizer aos portugueses que entendo a mensagem que quiseram transmitir-nos é uma mensagem de exigência que nos estimula a fazer ainda mais e muito melhor. Percebi e entendi a mensagem que nos transmitiram. Pela minha parte, recebo isso como um estímulo para fazer ainda mais, com mais força., com mais coragem, mais dedicação e mais empenhamento, pelo nosso País.

«É assim que interpreto a mensagem dada pelos portugueses. Um sinal para que, à frente dos destinos de Portugal, sejamos capazes, com humildade mas também com coragem, de fazer o nosso País andar para a frente, na linha da recuperação económica, de combate ao desemprego, procura de melhores condições de vida para todos os portugueses, procurando garantir igualdade de oportunidades, mais justiça social.

«Mesmo quando é difícil. Sobretudo, quando é difícil.

«A nossa capacidade como Nação é grande e os que hoje conduzem os

destinos da Pátria, têm a responsabilidade de garantir a Portugal a Esperança, de demonstrar a confiança que temos nos portugueses, de sermos capazes de dar aos nossos filhos, cada vez mais, o orgulho de ser Português».

«Tenho sempre mantido uma relação de verdade com os Portugueses»

Em seguida, Durão Barroso colocou-se à disposição dos jornalistas para responder a perguntas que quisessem fazer e foi, exactamente nessa ocasião, que teve a oportunidade de fazer afirmações que, naquela hora, ressoaram bem alto e para as quais é necessário chamar a atenção pela importância de que se revestem,

pois contêm, na sua simplicidade, um verdadeiro programa de acção e de trabalho para toda a governação de Portugal.

Quando lhe foi perguntado se retiraria “ilações políticas” dos resultados, Durão Barroso afirmou: «... acabei de afirmar que retiro ilações políticas. São sem dúvida eleições europeias, mas de certeza que são eleições que se realizaram num determinado momento da vida política portuguesa.

«A questão é esta: estamos num momento difícil. Sempre o disse. Gosto de falar verdade aos portugueses e tenho sempre mantido essa relação de verdade com os Portugueses.

«Obviamente que o momento que vivemos também de traduziu no resultado eleitoral. Certamente que sim.

«Como é que nós interpretamos este resultado, como é que eu o interpreto: como uma exigência que é dirigida ao Governo que eu lidero, para fazer mais e melhor! Para procurar realizar o que são as aspirações dos portugueses, lutar contra o desemprego, melhorar a Educação a Saúde. É assim que entendo a mensagem que os Portugueses quiseram dar neste voto, que os que votaram quer os que não votaram.

«Não se deve falar na abstenção como uma desculpa. Devemos reflectir sobre a abstenção porque ela é também um défice de cidadania. Se tantos portugueses não quiseram votar, esse é um direito que têm. Mas isso quer dizer alguma coisa! Quer dizer que não se sentem suficientemente mobilizados para ir votar e exprimir a sua confiança nestes ou naqueles; e neste caso devo

incluir o próprio Governo.

«Por isso vamos reflectir sobre os sinais que os Portugueses deram... Não está em causa a mudança do Governo. A política que este Governo segue é certa. Por isso, aliás, é que tivemos um resultado como este... ou seja, fomos pelo caminho mais difícil. Se tivéssemos governado de maneira a agradar a todos, certamente teríamos um melhor resultado. Mas estava pior o País... Ora, para isso, não contem comigo. Para governar para as eleições e para as sondagens, não contem comigo. Contem comigo para tomar as opções difíceis, mesmo que isso me custe perder algumas eleições! Porque é isso que exige o interesse nacional.

«Nós tivemos de facto um resultado que também exprime algum descontentamento. E eu sou o primeiro a reconhecê-lo. Agora... iríamos fazer o contrário? Iríamos governar ... alguém pensava que eu tinha governado estes dois anos a pensar na eleições de hoje? De forma alguma!

«Estou a pensar no País. Acho que Portugal fez coisas muito difíceis nestes dois anos, com sacrifícios que lhe foram pedidos.

«Já há sinais claros de inversão. Há sinais de retoma, os dados do primeiro trimestre são bons, espero que os dados deste trimestre confirmem a boa evolução, Portugal – de acordo com muitos analistas – já vai, este ano, conseguir crescer ao nível da média europeia, ou até talvez ligeiramente acima, para o ano isso vai



ELEIÇÕES EUROPEIAS



seguramente acontecer.

«Nunca, por / questões eleitoralistas de / facilidade para os partidos, iremos pôr em causa os interesses do País»

«Esta linha é correcta, eu não viro a cara à luta, vamos manter esta linha. Mas certamente vamos fazer mais e melhor. Vamos procurar corrigir aspectos que estejam mal equacionados, nós não pretendemos – e eu nunca disse – que temos razão em tudo. Nós sabemos ver com humildade os sinais que o Povo nos dá.

«Mas o que nós **NÃO** faremos é por uma questão de facilidade para os partidos, pôr em causa os interesses do País. Isso nunca o faremos. O que não faremos é deitar fora todos os sacrifícios que os Portugueses fizeram durante estes anos

«Essa seria a pior notícia que eu poderia dar aos Portugueses. A pior coisa que poderia fazer era dizer hoje aos Portugueses: “ fiquei muito preocupado com os resultados, isto foi mau para o meu Partido e para o outro Partido da coligação e eu agora vou passar a governar só para ganhar as sondagens e as eleições.

«Essa seria a pior notícia que poderia dar ... e não dou!

«Vamos manter a mesma linha de rumo, vamos falar verdade e com coragem. Com humildade, os dois Partidos vão reunir e eventualmente veremos as coisas que não estão bem vamos corrigir aspectos que estão menos realizados e certamente corrigir, pois eu estou e quero estar sensível ao que os Portugueses sentem e pensam!

«Já disse que a linha geral do Governo é a linha que serve os interesses do País e por isso não vou mudar essa linha. Posso corrigir alguns aspectos e em primeiro lugar vou falar com o meu Partido e com o Governo Isso de certeza o farei. Mas a linha de governação que defende o País, que promove a luta contra o desemprego, mas de forma sustentável; pôr ordem nas finanças públicas, manter o rigor, levava cabo reformas estruturais, ainda que sejam difíceis ... Ah! Isso garanto-vos que vamos manter, porque isso é que pode ser bom para Portugal e para os Portugueses!

«Quanto à coligação, está a fazer um grande trabalho por Portugal e penso que é nos momentos mais exigentes e mais difícil que se testa a solidez e a fibra dos projectos. Nós não estamos aqui apenas para os momentos fáceis, estamos aqui para todas as Estações.

«E é isso que quero dizer aos Portugueses, dar-lhes uma garantia de estabilidade. Passou o tempo em que, à primeira dificuldade, os responsáveis políticos se iam embora, ou procuravam desculpas ou bodes expiatórios, ou punham em causa aquilo que é essencial para Portugal e que é a estabilidade.

«É essencial para a estabilidade do nosso País que haja uma maioria no Parlamento. A única forma de garantir essa maioria no Parlamento é que os partidos ponham em segundo lugar as suas especificidades, as suas questões de clube partidário e ponham acima de tudo, o interesse nacional.

«Os dois Partidos que formam a coligação de Governo, deram as mãos em nome da estabilidade para o País, em nome de objectivos nacionais. Assim vai continuar a ser!»

As eleições vistas em relance através da Europa: abstenção elevada, recuo dos partidos responsáveis por Governos e vitória global do Partido Popular Europeu

Engana-se ou está mal informado, quem pense que o facto da coligação não ter ganho as eleições, foi um facto único e intrínseco a Portugal. Na verdade, os cidadãos da nova União Europeia, a 25, fizeram o que tradicionalmente acontece em eleições a meio termo duma legislatura, quando se atravessa, por qualquer razão, pontual ou conjuntural, uma situação menos boa para os respectivos países, ou seja, manifestam-se com uma grande taxa de abstenção, e nos votos expressos, num resultado desfavorável ao partido ou partidos no Governo. Também a posição dos Governos na questão do Iraque (que a esquerda em Portugal continua a entender ter tanta importância), foi olímpicamente ignorada pelo eleitorado europeu, que votou igualmente contra listas de partidos apoiantes e adversários da aliança com os Estados Unidos.

Foi assim em toda a Europa (à excepção da Espanha, cujo Executivo está ainda nos tradicionais “100 dias de Estado de Graça”, sucessivos à sua posse), independentemente da cor política dos vários Governos. Uma amostragem dos resultados, dá-nos estas indicações: em primeiro lugar, a média de participação nas eleições para o Parlamento Europeu, nos 25 países membros, mal chegou aos 42.5 por cento, uma abstenção altamente significativa.

Em seguida e olhando os resultados de alguns países, verificamos que na Alemanha, a esquerda (SPD, chanceler Gerhard Schroeder) obteve a sua pior

marca desde 1945, num escrutínio federal. Não conseguiu obter mais do que 23 por cento dos votos, uma quebra de 7,7 pontos em relação às eleições de 1999. O vencedor destas eleições é o principal partido da oposição, a União Cristã-Democrata, que obteve 46,5 por cento dos votos.

Em França, foi a Direita de Jacques Chirac e do seu primeiro-ministro Jean-Pierre Raffarin, que perderam com apenas 17 % dos votos, contra o PSF, socialista, que obteve 30 %, a sua melhor marca em eleições europeias.

A centro-liberal europeísta UDF de Francois Bayrou, contou perto de 12 por cento, enquanto que o MPF de Philippe de Villiers conseguiu 7,3 por cento

e a Frente Nacional (extrema-direita) cerca de dez por cento.

Em Itália, o partido de Sílvio Berlusconi sofrer um forte revés ao obter não mais que 23 por cento.

No Reino Unido, os trabalhistas registaram uma descida de seis pontos nas eleições europeias, com 22 por cento dos votos, contra 28 por cento recolhidos nas últimas europeias, em Julho de 1999.

Na Áustria, o Partido Liberal (FPÖ, extrema-direita) foi o grande derrotado, com a pior votação de todos os partidos concorrentes.



ELEIÇÕES EUROPEIAS



A oposição social-democrata obteve 33,4 por cento dos votos, enquanto o Partido Popular, no Governo (chanceler federal, Wolfgang Schäuble), conseguiu apenas 32,7 por cento.

Na Hungria, a oposição conservadora do FIDESZ impôs-se hoje à social-democracia (socialistas) no governo, por 46% dos votos expressos e 12 deputados, contra 38 por cento e dez lugares para os socialistas, nas primeiras eleições para o Parlamento Europeu realizadas no país, que aderiu à UE a 1 de Maio.

Em Malta, o Partido Trabalhista na oposição é o vencedor, com 48 por cento, à frente do Partido Nacionalista do primeiro-ministro Lawrence Gonzi, que se fica pelos 41 por cento.

Entre os derrotados da noite de eleições europeias contam-se também o social-democrata sueco Göran Persson, o liberal belga Guy Verhofstadt, ambos no Governo e a oposição avançou igualmente na Polónia.

Na Irlanda, a grande surpresa foi o Sinn Féin, ala política do Exército Republicano Irlandês (IRA), que elegeu pela primeira vez uma eurodeputada, Mary Lou MacDonal, enquanto o Governo perdeu para o principal partido de oposição.

Na Dinamarca, os social-democratas venceram as europeias com 32,7 por cento dos votos (cinco lugares em Estrasburgo), contra os 19,3 por cento para o Partido Liberal do primeiro-ministro Anders Fogh Rasmussen, que vai ser representado no hemiciclo por três eurodeputados. Os restantes seis lugares, dos 14 atribuídos a Copenhaga, foram distribuídos por seis formações políticas, entre a extrema-direita e a extrema-esquerda.

A taxa de participação nas eleições dinamarquesas foi de 47,85 por cento, contra os 50,5 de 1999.

Na Finlândia, que vai ter 14 deputados em Estrasburgo (menos dois do que em 1999), o partido conservador KOK, com 23,7 por cento dos votos, e o liberal KESK, com 23,3 por cento, conseguiram quatro deputados cada um. Este empate significa um retrocesso do KOK, que em 1999 recolheu 25,3 por cento dos votos, pondo cinco deputados em Estrasburgo.

Na Holanda, representada no Parlamento Europeu por 27 deputados,

menos cinco do que em 1999, os resultados das eleições europeias, realizadas quinta-feira, também foram favoráveis à oposição social-democrata do PvdA, que aumentou o número de representantes em Estrasburgo para sete.

Os democratas-cristãos (CDA), pilares da coligação de centro-direita no poder, reduziram o seu número de representantes no Parlamento para sete e empataram com o principal partido da oposição, perdendo dois deputados, em relação aos 9 que tinha anteriormente.

Num total dos 11.800.000 de eleitores inscritos votaram apenas 38,1 por cento. Na Suécia o partido social-democrata no poder perdeu terreno nas eleições europeias, obtendo 24,8 por cento dos votos menos 1,2 por cento dos conseguidos em 1999, e apenas cinco lugares em Estrasburgo, dos 19 deputados suecos elegíveis.

Partido Popular Europeu (PPE) venceu as eleições

Apuradas as votações nacionais, o Partido Popular Europeu e Democratas Europeus (PPE-DE), do qual faz parte o PPD/PSD, foi a família política europeia mais votada ao nível da União, com mais de 260 eurodeputados.

Antes da assembleia de 732 deputados entrar em funções, a 20 de Julho próximo, as várias famílias políticas também irão negociar acordos para a divisão entre elas dos mais diversos cargos no Parlamento Europeu: presidente, vice-presidências e presidências das várias comissões parlamentares, entre outros.

O desenho da futura assembleia poderá ser decisivo para a escolha do próximo presidente da Comissão Europeia, para a qual Portugal apoia o Comissário português António Vitorino.

Como votaram Durão Barroso e Deus Pinheiro

O primeiro-ministro Durão Barroso votou, cerca das 10 horas da manhã, na Escola Secundária Marquês de Pombal, em Lisboa, e após cumprir o seu dever cívico, manifestou o "... sincero desejo de que haja uma boa participação nestas eleições. Hoje, o Parlamento Europeu tem mais influência nas questões europeias. Apesar de competir ao governo as negociações, pode fazer toda a diferença ter bons eurodeputados", afirmou.



ELEIÇÕES EUROPEIAS

Durão Barroso experimentou em seguida o voto electrónico, que hoje está a ser testado em nove freguesias portuguesas, afirmando que se trata de “... um teste muito positivo. Se houver uma boa adesão, espero poder introduzi-lo no futuro, já que é um método perfeitamente seguro”.

Com efeito, o voto electrónico, só pelo facto de facilitar a localização do eleitor, que poderá votar em qualquer parte do território nacional, desde que habilitado com o cartão electrónico, correspondente à sua posição no recenseamento, poderá diminuir em muito a abstenção. Como aliás se verificou nestas Europeias, com milhares de portugueses ausentes das suas freguesias de votação, devido às mini-férias que muitos escolheram gozar nesta altura.

Eventualmente, o voto electrónico poderia ser alargado às representações diplomáticas e consulares, não apenas em benefício dos emigrantes, mas também dos portugueses que se encontrem em viagem pelo estrangeiro e que por isso, normalmente, não poderiam cumprir o seu dever cívico.

O Professor Doutor João de Deus Pinheiro votou na Escola Secundária de Cascais, pelas 11 da manhã.

À vontade, vestindo informalmente como que aproveitando o clima estival que se fazia sentir, Deus Pinheiro disse aos jornalistas que este acto eleitoral, que sempre era um motivo de alegria e de afirmação de cidadania, estava, para ele, ensombrado pela morte trágica de Sousa Franco, com a qual ainda não estava “reconciliado”.

Fez também o apelo ao voto de todos os eleitores, pois a abstenção «... só nos poderá prejudicar a todos, independentemente dos Partidos, como representantes de Portugal», afirmou.

Resultados finais da eleição em Portugal; declarações de Miguel Relvas e João de Deus Pinheiro

Após o apuramento oficial, registou-se a eleição de 24 Deputados portugueses para o Parlamento Europeu, com a seguinte distribuição: PS: 12 (Cabeça-de-lista, António Costa); PSD, 9, Cabeça-de-lista, João de Deus Pinheiro); PC, 2 (Cabeça-de-lista, Ilda Figueiredo); BE, 1 (Miguel Portas).

Quando estes resultados estavam praticamente, confirmados, na sede de candidatura da coligação “Força Portugal” foram tornadas públicas as declarações



finais de responsáveis pelo desenrolar do acto.

Em nome do Partido Social-Democrata, falou o Secretário-Geral, Miguel Relvas, que após cumprimentar os presentes, reafirmou, em nome do PSD, as saudações ao Partido Socialista pela vitória eleitoral. Em seguida, fez uma referência de agradecimento aos militantes dos partidos coligados «... que se empenharam, ao longo das últimas semanas, numas eleições que sabíamos ser difíceis – e permitam-me uma referência particular aos militantes e às estruturas do meu Partido, que mais uma vez se empenharam de alma e coração, de Norte a Sul do País, pelos valores em que acreditam.

«Finalmente, deixar aqui um compromisso: o compromisso de que os deputados do PSD e os deputados europeus da coligação, a partir de amanhã estarão ao serviço de Portugal, em colaboração com o Governo do Dr. Durão Barroso, para lutarmos pelos nossos ideais, pelas nossas convicções, para criarmos condições para que Portugal seja um País mais desenvolvido, um País mais equilibrado, um País mais moderno e um País mais justo.».

Ainda antes do Presidente do PSD e Primeiro-Ministro proferir a sua declaração final, foi a vez do Homem que deu a cara pela coligação, o cabeça-de-lista incansável e lutador, que aceitou os resultados com a mesma elegância e “fair-play” com que reagiria a uma vitória pela qual tanto lutou: o Professor Doutor João de Deus Pinheiro.

Foi também breve, felicitou o Partido Socialista pelos resultados conhecidos, «... obviamente em nome da Coligação Força Portugal. Foram umas eleições de certo modo atípicas e nós temos esperanças que as circunstâncias que as rodearam não se repitam em quaisquer outras que venham a acontecer.

«Foi também uma eleição em que, uma vez mais, a taxa de abstenção foi muito elevada e isso deve ser motivo de reflexão, pois representa, quer queiramos quer não, um certo alheamento dos cidadãos (não apenas de Portugal mas de toda a Europa), da vida europeia e do Parlamento Europeu.

«Teremos, enquanto deputados europeus, de trabalhar conjuntamente com outras instituições portuguesas, para que no futuro, este fosso que parece existir entre a Europa e os cidadãos possa ser diminuído e a participação dos cidadãos na vida europeia, possa aumentar.

«Queria também dizer, em nome de todos os candidatos da coligação que foram eleitos, que iremos obviamente trabalhar, no Parlamento Europeu, afinadamente, para defender os interesses de Portugal e dos portugueses. Isso faremos em grande consonância com o Governo e esperamos que todas as forças políticas que elegeram deputados ao Parlamento Europeu, mantenham a tradição de juntarem forças, sempre que o interesse de Portugal esteja em jogo.

«Repetimos hoje, numa noite que não é tão alegre como desejávamos, que o nosso objectivo é trabalho, mais trabalho e sempre trabalho, a favor de Portugal e dos Portugueses.» – P.L.; Fontes: Dept. Audiovisuais PSD e “Lusa”. Fotos: Lusa



«Global Business Policy Council» em Lisboa

O Primeiro-Ministro recebeu presidentes e altos executivos das maiores empresas mundiais

O Primeiro-Ministro recebeu, no Palácio da Ajuda, no passado dia 6, empresários de várias empresas multinacionais, a quem ofereceu um jantar no âmbito do Global Business Policy Council, organização que juntou presidentes e executivos de dezenas de multinacionais, entidades da maior importância no Mundo empresarial internacional. Os empresários estiveram em Portugal durante dois dias, para reflectir sobre a situação económica, sociológica e geopolítica mundial, de modo a avaliar os riscos e as oportunidades que as suas empresas enfrentam.

Durão Barroso afirmou aos seus convidados que o combate ao défice é um imperativo para o país e ficará contente por o conseguir, mesmo que por isso perca as próximas eleições legislativas.

O Chefe do Governo sublinhou a importância desse combate orçamental, afirmando que ter finanças públicas saudáveis é essencial para o desenvolvimento económico do país e para a competitividade externa.

Considerando-o mesmo um “imperativo para o país”, Durão Barroso acrescentou



O Primeiro-Ministro considerou na mesma altura que os principais indicadores económicos da comissão europeia, do FMI e do INE “mostram sinais inequívocos de recuperação desde meados de 2003”.

“Os vários indicadores de investimento dão sinais de uma recuperação gradual, que deixa para trás o momento mais baixo da situação económica”, afirmou ainda. Durão Barroso afirmou ver as empresas estrangeiras como potenciais parceiras nos processos de privatização em curso.

“Temos um ambicioso programa de privatizações e olhamos para as empresas estrangeiras como potenciais parceiros nestes processos”, afirmou Durão Barroso, apelando ao investimento directo estrangeiro, considerando-o “bem-vindo”, e fundamental para a criação de emprego e para o reforço da vocação externa da economia portuguesa.

Durão Barroso disse também que o governo quer que as empresas portuguesas sejam “bem sucedidas e donas do seu destino”, mas que aceitem “partilhar o sucesso e aproveitar as capacidades propiciadas por investidores e empresas com as melhores práticas internacionais”, pois, disse, “este é um óptimo momento para investir em Portugal”. – **Fonte: Lusa. Fotos: Herminio Clemente**



que ficará contente mesmo que por causa desse combate perca as eleições.

“Não acredito que é por duplicar a despesa pública que se ganha eleições. Se assim fosse o anterior governo tinha ganho”, acrescentou.

Durão Barroso lembrou que quando chegou ao governo havia um défice orçamental de 4,4 por cento do PIB e que o mesmo desceu no ano passado para 2,8 por cento.

“O problema em Portugal não era ter tido pouco investimento público mas sim investimentos ineficientes”, referiu.

Empresas estrangeiras como potenciais parceiras nos processos de privatização em curso

Durão Barroso deixou também uma mensagem positiva da situação económica portuguesa aos presidentes e executivos de grandes empresas mundiais, ligadas, entre outros, aos sectores da petroquímica, telecomunicações, gás, petróleo e transportes, afirmando que este é um “óptimo momento para investir em Portugal”.



Mota Amaral representou Portugal nas exéquias de Reagan

O presidente da Assembleia da República representou o Estado Português nas cerimónias fúnebres oficiais do ex-presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan.

Mota Amaral viajou na tarde de quarta-feira passada para Washington. As cerimónias fúnebres oficiais decorreram na sexta-feira, na catedral daquela cidade e contaram com as presenças de muitos Chefes de Estado e Governo, incluindo o Príncipe Carlos do Reino Unido, de Tony Blair e da Baronesa Margaret Thatcher, grande amiga pessoal e aliada firme de Reagan nos anos 80.

Ronald Reagan, republicano, falecido sábado aos 93 anos de idade, foi o 40º presidente dos Estados Unidos, entre 1981 e 1989.

O “actor que se tornou político” foi também governador da Califórnia - estado norte-americano onde foi enterrado - entre 1967 e 1975, conforme dissemos na última página do nosso número anterior. - **Lusa**



ALCÁÇER DO SAL (DISTRITAL DE SETÚBAL)

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e locais, convocam-se todos os militantes da Secção De Alcáçer do Sal do Partido Social Democrata, para a Assembleia de Secção, a realizar no próximo dia 16 de Julho de 2004, sexta-feira, entre as 20h00 e as 24h00, na sede da Secção, sita na Rua João Alves Sá Branco, n.º23 – Garagem, em Alcáçer do Sal, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição dos Órgãos da Secção;

- Mesa da Assembleia de Secção
- Comissão Política de Secção.

Nota: Para efeito de recepção de candidaturas a Sede Distrital encontra-se aberta de segunda-feira a sexta-feira, das 15h00 às 18h00 e no dia 13 de Julho até às 24h00. Para efeitos da votação no dia 16 de Julho, as urnas estarão abertas das 20h00 às 24h00.

ALCOBAÇA

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Alcobaca, para reunir no próximo dia 16 de Julho de 2004 (sexta-feira), pelas 20h30 na sede em Alcobaca, na Av. Joaquim Vieira Natividade, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Nota: As listas de candidatos devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem o substitua, na sede do Partido, no terceiro dia anterior ao acto eleitoral entre às 22h30 e as 24h00.

As urnas de voto estarão abertas das 20h30 às 22h30.

ÁREA OESTE (DISTRITAL)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital da Área Oeste, para reunir no dia 25 de Junho de 2004 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede da Junta de Freguesia do Cadaval, sita na Rua Padre José Inácio Pereira, n.º55, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- Aprovação das contas de 2003;
- Análise da situação Política.

ARGANIL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção de Arganil do PSD, para o dia 16 de Julho de 2004, pelas 21h00, na sede sita no Largo Padre Manuel da Costa na Vila de Arganil, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- Eleição da Comissão Política e da Mesa da Assembleia de Secção.

Nota: As listas candidatas deverão ser

entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a sede aberta para o efeito, nesse dia.

As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

GRÂNDOLA

Nos termos dos estatutos e do regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais convocam-se todos os militantes da secção de Grândola do PSD, para a Assembleia de Secção, a realizar no próximo dia 16 de Julho de 2004, sexta-feira, entre as 20h00 e as 24h00, na sede da secção, sita na Rua José Vicente Serrano, n.º7, em Grândola, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição dos Órgãos da Secção

- Mesa da Assembleia de Secção;
- Comissão Política de Secção.

Nota:

Para efeitos de recepção de candidaturas a sede da secção encontra-se aberta de segunda-feira a sexta-feira, das 21h00 às 22h00 e no dia 13 de Julho até às 24h00.

Para efeitos da votação no dia 16 de Julho, as urnas estarão abertas das 20h00 às 24h00

MAIA

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes do PSD da Maia, com capacidade eleitoral, para uma Assembleia Eleitoral a realizar entre as 15h00 e as 23h00 do próximo dia 24 de Julho de 2004, Sábado, na sede concelhia, sita à Rua Eng.º Duarte Pacheco, n.º 987-Maia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição dos Órgãos da Secção

Nota: As listas de candidatos deverão dar entrada na sede concelhia até às 24h00 do dia 21 de Julho de 2004, estando a sede aberta neste dia entre as 22h00 e as 24h00.

Só poderão votar e ser eleitos os militantes que até ao dia 16 de Julho de 2004 tenham efectuado o pagamento da respectiva quota na tesouraria da Sede Nacional e estejam inscritos há pelo menos seis meses e no pleno exercício dos seus direitos.

MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes do PSD da Maia, para uma Assembleia de Secção, a realizar no próximo dia 16 de Julho de 2004, com início às 21h00, na sede concelhia, sita à Rua Eng. Duarte Pacheco n.º 987 – Vermiom- Maia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- Informações;
- Análise da situação política.

NÚCLEO DE ERMESINDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do seu Regulamento Eleitoral, convoca-se a Eleição da Comissão Política de Núcleo de Ermesinde, para o dia 23 de

Julho de 2004, entre as 20h00 e as 23h00, na sede concelhia, sita à Rua Rodrigues de Freitas, 870, em Ermesinde.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do dia 21 de Julho de 2004, na sede concelhia, sita à Rua Rodrigues de Freitas, 870, em Ermesinde.

Explicita-se que a sede estará aberta expressamente para o efeito nos dias 19 e 20 de Julho das 21h00 às 23h00 e no dia 21 de Julho das 21h00 às 24h00.

NÚCLEO DE LEÇA DO BALIO

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a assembleia Eleitoral do Núcleo de Leça do Balio para eleger a Comissão Política do Núcleo.

A eleição decorrerá no próximo dia 16 de Julho de 2004, das 19h00 às 22h00 na sede da Secção. As listas devem ser entregues na sede da secção, até às 24h0 do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral.

PESO DA RÉGUA (DISTRITAL)

Ao abrigo do disposto no n.º3 do artigo 71º dos Estatutos Nacionais do PSD e no ponto n.º2 do artigo 15º do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção do Peso da Régua, para reunir no dia 23 de Julho de 2004 (sexta-feira) a partir das 21h00, na Sede Concelhia do PSD, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção;

Eleição da Comissão Política de Secção

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Comissão política Distrital, ou a quem o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a Sede Concelhia aberta para o efeito, naquele dia, entre as 21h30 e as 24h00. As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

SANTARÉM (DISTRITAL)

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes do Distrito de Santarém do PSD, para Eleições dos Órgãos Distritais, a realizar no próximo dia 23 de Julho de 2004, sexta-feira, entre as 18h00 e as 23h00, em todas as Sedes de Secção, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição dos Órgãos Distritais

- Mesa da Assembleia Distrital;
- Comissão Permanente Distrital;
- Conselho de Jurisdição Distrital;
- Delegados à Assembleia Distrital;

Nota: para efeitos de recepção de candidaturas a Sede Distrital encontra-se aberta de segunda-feira a sexta-feira, das 15h00 às 18h00 e no dia 20 de Julho de 2004 até às 24h00.

Para efeitos de votação no dia 23 de Julho, as urnas estarão abertas das 18h00 às 23h00.

SANTIAGO DO CACÉM

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e locais, convocam-se todos os militantes da Secção de Santiago do Cacém do Partido Social Democrata, para a Assembleia de Secção, a realizar no próximo dia 16 de Julho de 2004, sexta-feira, entre as 20h00 e as 24h00, na sede da Secção, sita no Largo Almeida Garret, n.º1 e 2, em Santiago do Cacém, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição dos Órgãos da Secção;

- Mesa da Assembleia de Secção
- Comissão Política de Secção.

Nota: Para efeitos de recepção de candidaturas a Sede de Secção encontra-se aberta de segunda-feira a sexta-feira, das 9h30 às 23h00 e no dia 13 de Julho até às 24h00.

Para efeitos da votação no dia 16 de Julho, as urnas estarão abertas das 20h00 às 24h00.

SEIXAL

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e locais, convocam-se todos os militantes da Secção do Seixal do Partido Social Democrata, para a Assembleia de Secção, a realizar no próximo dia 16 de Julho de 2004, sexta-feira, entre as 20h00 e as 24h00, na sede da Secção, sita na Rua do MFA, 11, na Amora, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição dos Órgãos da Secção;

- Mesa da Assembleia de Secção
- Comissão Política de Secção.

Nota: As candidaturas devem ser entregues até ao próximo dia 13 de Julho de 2004 na Sede da Secção. Nesse dia a Sede estará aberta entre as 21h00 e as 24h00.

Para efeitos da votação no dia 16 de Julho, as urnas estarão abertas das 20h00 às 24h00.

SESIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se os militantes da Secção de Sesimbra, para uma Assembleia de Secção Eleitoral, a realizar no dia 16 de Julho de 2004 (sexta-feira), pelas 20h00, na sede concelhia, sita na Rua da República, n.º20 – 1º esq, em Sesimbra, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- Eleição da Mesa da assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção de Sesimbra.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 20h00 e as 24h00.

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do dia 13 de Julho de 2004, encontrando-se, nesse dia a sede aberta a partir das 21h30 para a recepção das mesmas;

SETÚBAL (DISTRITAL)

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos

Distritais e locais, convocam-se todos os militantes do Distrito de Setúbal do PSD, para a Eleição dos Órgãos Distritais, a realizar no próximo dia 16 de Julho de 2004, sexta-feira, entre as 20h00 e as 24h00, em todas as Sedes de Secção, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição dos Órgãos Distritais

- a) Mesa da Assembleia Distrital;
- b) Comissão Permanente Distrital;
- c) Conselho de Jurisdição Distrital;
- d) Delegados à Assembleia Distrital.

Nota: Para efeitos de recepção de candidaturas a Sede Distrital encontra-se aberta de segunda-feira a sexta-feira, das 15h00 às 18h00 e no dia 13 de Julho de 2004 até às 24h00.

Para efeitos de votação no dia 16 de Julho, as urnas estarão abertas das 20h00 às 24h00.

SINES

Ao abrigo do disposto nos Estatutos do PSD, convoca-se todos os militantes para uma Assembleia de Secção, a realizar pelas 20h00, até às 24h00 do próximo dia 16 de Julho (sexta-feira), na sede concelhia, sita na Rua de Ferreira, 10 em Sines, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Eleição da Comissão Política da Secção de Sines do PSD;

Eleição da Mesa da Assembleia da Secção de Sines do PSD;

Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital de Setúbal da Secção de Sines do PSD.

Nota: Durante o mesmo período decorre as eleições para os Órgãos Distritais.

As listas tem de ser entregues até às 24h00 do dia 13 de Julho de 2004.



PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de militantes da Secção do Porto, para uma reunião, a realizar no próximo dia 16 de Julho de 2004, pelas 16h00, na Sede do Núcleo Ocidental do Porto, sita à Rua do Pinheiro Manso, n.º 305, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

NOTA: As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção, ou a quem, o possa estatutariamente substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos na Sede do Núcleo Ocidental do Porto, sita à Rua do Pinheiro Manso,

305, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Electivo da JSD. As urnas estarão abertas das 16h00 às 23h00.

ÁREA OESTE de LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Distrital da JSD Área Oeste de Lisboa, para o próximo dia 16 de Julho de 2004, pelas 21h00, na Sede do PSD de Torres Vedras, que sita na Rua 25 de Abril, n.º 28 - 3.º, em Torres Vedras, e que terá a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição dos Órgãos Distritais da JSD Área Oeste;

NOTA: As listas devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Distrital, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. Estas deverão estar conforme os Estatutos Nacionais da JSD e seus regulamentos. A Urna abrirá às 21h00 e encerrará às 22h00. O Caderno eleitoral Distrital, será elaborado de acordo com o envio dos Delegados Eleitos pelos Plenários de Secção por parte das Mesa dos Plenários de Secção, fazendo referência à data da Eleição, anexando a respectiva acta eleitoral, contendo as listas aceites a sufrágio. A Mesa não aceita substituições dos Delegados, sem a prévia comunicação à Mesa do Plenário Distrital com 48 horas de antecedência, anexando a essa comunicação, o termo de suspensão de mandato do Delegado Distrital, o tempo de suspensão, bem como, a indicação do suplente que o vem substituir, devidamente indicado pelo senhor Presidente de Plenário de Secção.

TORRES NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da Secção de Torres Novas, para reunir no próximo dia 30 de Julho de 2004, pelas 21h30, na Sede do PSD de Torres Novas, sita na Rua do Conde n.º 38 - 1.º, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário;

As listas deverão ser acompanhadas de declaração de aceitação, subscritas pelos candidatos.

As listas deverão ser entregues em duplicado, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD de Torres Novas.

As urnas estarão abertas no período entre as 21h30 e as 22h30.

CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia de Secção da JSD de Chaves, para reunir em Plenário no dia 17 de Julho de 2004, (Sábado), pelas 16h00m, na Sede Concelhia do PSD/Chaves, sita na Rua Tenente Valadim, entrada 47, sub-loja E, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção; Eleição da Comissão Política de Secção e Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital da JSD de Vila Real.

NOTA: A Assembleia terá início à hora marcada com a presença de 2/3 dos militantes da Secção, ou meia-hora depois da hora marcada com os militantes presentes.

As listas de candidatos deverão dar entrada até às 24h00 do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos na Sede da JSD/PPD/PSD de Chaves, sita na Rua Tenente Valadim, entrada 47 - 5400 Chaves, entregues ao Presidente da Mesa ou a alguém que o represente. O acto eleitoral decorrerá das 16h30 às 17h30.

NÚCLEO JSD - SOP

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Eleitoral de militantes do Núcleo JSD-SOP (Secção Oriental do Porto) a realizar no próximo dia 16 de Julho de 2004, pelas 16h00, na Sede do Núcleo, sita na Rua Pinheiro Manso 305 - Porto, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: -Eleições da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Núcleo;

NOTA: As urnas estarão abertas das 16 horas e as 23h00.

As listas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do Núcleo da SOP.

MÊDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da Mêda, para reunir no dia 16 de Julho de 2004, pelas 15h00, na Sede Concelhia do PSD/Mêda, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1.º Eleição dos Órgãos Concelhios:

1.1 Eleição da Mesa do Plenário de Secção;

1.2 Eleição da Comissão Política de Secção;

1.3 Eleição do Delegado dos Autarcas ao Concelho Distrital;

1.4 Eleição dos Delegados Residenciais ao Conselho Distrital.

NOTAS: As listas devem ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, na Sede Concelhia do PSD/Mêda. As urnas estarão abertas entre as 15h30 às 17h30.

SEIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da Seia, para reunir no dia 16 de Julho de 2004, pelas 15h00, na Sede Concelhia do PSD/Seia, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1.º Eleição dos Órgãos Concelhios:

1.1 Eleição da Mesa do Plenário de Secção;

1.2 Eleição da Comissão Política de Secção;

1.3 Eleição do Delegado dos Autarcas ao Concelho Distrital;

1.4 Eleição dos Delegados Residenciais ao Conselho Distrital.

NOTAS: As listas devem ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, na Sede Concelhia do PSD/Seia. As urnas estarão abertas entre as 15h30 às 17h30.

GOUVEIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Gouveia, para reunir no dia 16 de Julho de 2004, pelas 19h00, na Sede Concelhia do PSD/Gouveia, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1.º Eleição dos Órgãos Concelhios:

1.1 Eleição da Mesa do Plenário de Secção;

1.2 Eleição da Comissão Política de Secção;

1.3 Eleição do Delegado dos Autarcas ao Concelho Distrital;

1.4 Eleição dos Delegados Residenciais ao Conselho Distrital.

NOTAS: As listas devem ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, na Sede Concelhia do PSD/Gouveia. As urnas estarão abertas entre as 19h30 às 21h30.

CONSELHO DISTRITAL de CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco uma reunião extraordinária do Conselho Distrital da JSD, para o próximo dia 17 de Julho de 2004, pelas 15h00, na Sede da JSD em Oleiros, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital.

NOTA: 1-As urnas estarão abertas das 15h00 às 17h30.

2-As listas poderão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

CONSELHO DISTRITAL de AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco uma reunião extraordinária do Conselho Distrital da JSD/Aveiro, para o dia 25 de Junho de 2004, pelas 21h30 na sede concelhia do PSD Vale de Cambra, com a seguinte

Ordem de trabalhos :

1. Análise da Situação Política
2. Marcação do Conselho Distrital Eleitoral

Continuar a dar tudo!

Passada que está a campanha eleitoral e realizado o escrutínio de 13 de Junho, cumpre-nos tentar perceber os resultados e continuar a trabalhar em prol do nosso País.

Esta não foi uma campanha fácil e as contrariedades espreitaram com regularidade.

Não nos bastava ter os candidatos mais capazes nem o melhor manifesto eleitoral. Para além de todas as características que faziam de nós a melhor lista, tínhamos de lutar contra um abstencionismo que cada vez mais se vem instalando na eleição do Parlamento Europeu – a única, note-se, instituição europeia que dispõe de legitimidade directa dos cidadãos.

Como dizia o Professor Doutor João de Deus Pinheiro, motivação, esforço e empenho não faltou à Força Portugal.

A nós não podem acusar de fugir ao debate ou de minorizar as questões europeias.

Fomos, permitam-nos, a candidatura que mais lutou pela pedagogia e pela informação dos cidadãos: e outra coisa não seria de esperar de uma força política dotada de um candidato com o curriculum do nosso cabeça-de-lista.

Mas não vencemos a eleição e os responsáveis da Força Portugal souberam saudar os vencedores.

Connosco, JSD, fica a noção do dever cumprido e a certeza que não poderíamos dar mais do que demos.

A abnegada generosidade e o desinteressado esforço que colocámos novamente ao serviço das nossas causas não é mais do que a manifestação de um espírito que tem já 30 anos!

A Comissão Política Nacional da JSD não pode deixar de agradecer a todos os dirigentes e militantes que foram a alma da campanha em cada um dos Distritos, das Regiões Autónomas, dos Concelhos e das Freguesias.

Aos nossos candidatos, Pedro Duarte e Ana Zita Gomes, que percorreram o País de Norte a Sul, agradecemos a garra demonstrada e a força que deram a toda a JSD, nos diversos locais por onde foram passando em campanha.

Há toda uma estrutura que tem de se orgulhar de tudo quanto fez nestes dias, mas a altura é de concentração nos desafios que encontraremos pela frente.

Não podemos parar!

Temos de continuar a dar tudo.

Temos de continuar a dar Força a Portugal!



Novos órgãos da F

A Secção F da JSD de Lisboa foi a votos no passado dia 28 de Maio de 2004. O acto eleitoral incidu sobre a Comissão Política e a Mesa do Plenário da Secção F de Lisboa Ocidental.

A sufrágio foi apenas uma lista encabeçada pelo companheiro Rui Cordeiro.

Aos dirigentes eleitos e a toda a secção, desejamos as maiores felicidades e um mandato pleno de vitórias.

JSD/Fafe com caras novas

A JSD de Fafe teve igualmente mais um momento eleitoral para os órgãos concelhios.

Jorge Costa mantém-se na liderança da secção e a toda a sua equipa desejamos a continuação de um bom trabalho.

Rally de Portimão

A JSD de Portimão colocou na rua a iniciativa **“Rally de Portimão”**, para “pôr o dedo na ferida” e sensibilizar a comunidade Portimonense para o problema das estradas do concelho.

O nome da iniciativa é uma ironia ao estado “deplorável das estradas de Portimão”, que são próprias para um rally, mesmo assim, bastante acidentado.

Esta iniciativa consiste na identificação de alguns dos troços mais problemáticos da cidade de Portimão, feita através de placas com frases humorísticas relacionadas com os trajectos em causa.

Como é usual, a JSD assume o seu papel de voz crítica à política de mais um incompetente executivo camarário. De um modo salutar, divertido, bem disposto, mas responsável, a JSD contribui assim para que se procedam às necessárias melhorias nas estradas do concelho de Portimão e consequentemente o aumento da qualidade de vida dos Portimonenses.

«As melhorias defendidas devem ser feitas a seu tempo e com bom senso e não de modo atabalhoado, “à pressão” e nas piores alturas como se está a verificar no presente», lia-se no comunicado da JSD local.

Pedro Passos Coelho na Secção D

No passado dia 2 de Junho a Secção D da JSD/Lisboa recebeu Pedro Passos Coelho, antigo Presidente da JSD e Presidente Honorário.

O mote da presença de Passos Coelho na “D” foi mais uma edição das “Conversas Amenas”, iniciativa que vem sendo realizada naquela secção com alguma regularidade.

Com o objectivo de abordar a “Intemporalidade da JSD”, os militantes da D e de outras Secções de Lisboa não quiseram perder a oportunidade de conversar com Pedro Passos Coelho, debatendo durante cerca de 5 horas o passado da JSD, tirando as suas próprias conclusões, algo que o próprio Pedro Passos insistiu durante toda a noite.

A Comissão Política de Secção promete continuar a organizar estes serões de debate e a incentivar a vontade de conversar e relembrar o passado da Jota.

Comunicado da CPN do PSD



A Comissão Política Nacional do Partido Social-Democrata, reunida em 14 de Junho de 2004, procedeu à análise dos resultados das eleições para o Parlamento Europeu e tomou as seguintes decisões:

1 - Felicitar o Partido Socialista, os seus deputados eleitos e o seu Secretário-Geral pela vitória obtida, expressa na eleição do maior número de deputados portugueses ao Parlamento Europeu;

2- Expressar a sua preocupação pelo elevadíssimo nível de abstenção registado. Trata-se de uma tendência que se vem repetindo e agravando em cada acto eleitoral e que traduz um progressivo desinteresse dos cidadãos pela política e por alguns aspectos determinantes da nossa vida em sociedade. Por outro lado, a abstenção registada representa igualmente uma manifestação de afastamento dos cidadãos perante as questões europeias que é deveras preocupante, dada a relevância que estas apresentam hoje para o nosso futuro colectivo. Urge, pois, que todos sejamos capazes de reflectir sobre este problema, de forma a contribuir concretamente para o combate a este défice de soberania.

3- Dar conta da sua profunda gratidão aos militantes e simpatizantes do PSD e do CDS/PP pelo entusiasmo que colocaram no apoio à coligação “Força Portugal” e saudar os nossos candidatos, em particular o cabeça de lista, Professor João de Deus Pinheiro, pelo exemplo de empenho, de dignidade e de competência que soube dar ao longo de toda a campanha eleitoral.

4- Notar, com satisfação, que os resultados eleitorais demonstram um amplíssimo apoio, por parte dos eleitores, aos partidos europeístas e que, em consequência, a esmagadora maioria dos deputados agora eleitos se revêem no actual projecto europeu.

5- Manifestar a sua convicção de que, passado este momento eleitoral, os deputados portugueses ao Parlamento Europeu saberão, em colaboração com o Governo, agir em defesa dos interesses do nosso País nesta fase cada vez mais exigente da vida de uma União Europeia alargada a 25 Estados membros.

6 - Constatar que os resultados eleitorais, sendo também fruto do momento particular da vida nacional em que as eleições ocorreram, devem ser entendidos como uma mensagem de exigência, por parte dos Portugueses, mensagem que recebemos como um estímulo para fazer mais e melhor. Os resultados eleitorais são assim um sinal do qual se devem retirar consequências políticas. E essas consequências políticas significam, para a Comissão Política Nacional do PSD, que o Governo que lideramos tem de ser capaz, à frente dos destinos de Portugal, de continuar a agir, com humildade mas com determinação, no sentido de fazer Portugal progredir, na linha da recuperação económica, do combate ao desemprego, da concretização de uma maior justiça social e na melhoria das condições de vida dos Portugueses.

7- Reiterar que, pese embora os erros e as insuficiências que possam aqui ou ali existir, a linha de rumo que tem sido imprimida à política geral do País é a mais correcta. Os números do crescimento económico do primeiro trimestre deste ano confirmam essa conclusão e indicam que o rigor e a exigência, bem como os sacrifícios que foram pedidos aos Portugueses estão já a dar os seus frutos e a recolocar o nosso País na senda do progresso e do crescimento sustentado.

8- Reiterar, ainda, o seu entendimento, de que a fórmula política em que assenta o actual Governo, baseada numa coligação entre o PSD e o CDS/PP – e que tem demonstrado uma cooperação e uma solidariedade sem falhas – não pode ser interpretada como uma mera fórmula para o exercício do poder, mas como um verdadeiro projecto de mudança para o nosso País, cujo horizonte temporal se deve estender, pelo menos, até ao final da presente década.



Luís Álvaro Campos Ferreira

O equilíbrio

Em Democracia é fundamental ler bem as mensagens implícitas aos resultados eleitorais.

É mister dar-lhes o devido relevo e sintonizar vontades com os eleitores. É impensável governar um País numa postura de costas voltadas para ele. Estamos nisto, todos de acordo.

Em Democracia é também fundamental governar com seriedade e responsabilidade. Decidir é sempre uma tarefa complexa e que deixa muitas das vezes amargos de boca. As medidas de que um País precisa, raras vezes são os mais populares a curto e médio prazo. Governar um País de costas voltadas para ele é governar sem pensar no País, sem ter em conta o interesse Nacional.

O equilíbrio entre satisfazer os legítimos interesses imediatos de muitos, e garantir um crescimento estruturado e sólido do País, é um dos maiores desafios a enfrentar na segunda metade do mandato do Governo da coligação.

Desde a primeira hora que o senhor Primeiro Ministro, Dr. Durão Barroso, disse que os dois anos que se seguiam - e agora passaram -, seriam tremendamente difíceis para o País.

Portugal já ultrapassou o mais difícil.

Agora, vamos em frente!